



Tirano à procura de um autor

Fábio Zuker

Obsessão pela morte e cultivo da violência fazem de Jair Bolsonaro candidato a um “romance de ditador” latino-americano

Deitado em uma cama de hospital, com eletrodos para monitorar a frequência cardíaca e o que aparenta ser um balão respiratório, Jair Bolsonaro exhibe seu torso nu. O short ou calça hospitalar surge muito abaixo do umbigo, pouco acima dos pelos pubianos. Pelo ângulo da foto, ponto de vista de alguém situado na ponta da cama, a seus pés, a barriga parece descomunalmente alongada, ocupando o centro da imagem. O presidente também parece esboçar um sorriso, levemente arqueado para baixo. É uma imagem grotesca.

Depois de atravessar, por dias a fio, uma crise de soluços que lhe causou uma dificuldade além da usual em articular frases, Bolsonaro se submeteu a exames e constatou uma

Janaina Tschäpe

Untitled (Portrait), 2019

Foto: Talita Zaragoza

Cortesia da artista e Fortes D’Aloia & Gabriel, São Paulo/Rio de Janeiro

obstrução intestinal – motivo para internação em Brasília e logo uma transferência para São Paulo. Não foi a primeira vez – e não seria a última – que circulou pelas redes uma imagem de Bolsonaro em estado de convalescência. Também não foi a primeira vez que as incertezas quanto ao destino do ex-militar e do país passaram pelo seu sistema digestivo. O próprio fenômeno Bolsonaro muito se valeu de um teatro do poder cuja força envolve o receio quanto à sua morte – como no caso da facada que perfurou o abdômen do então candidato à presidência.

A frequência de menções às vísceras do presidente e a predileção do próprio por expressões relacionadas ao trato digestivo e a seu mau funcionamento dão o tom daquilo que o envolve. O discurso que atrela o destino de uma nação ao corpo e à saúde do mandatário é uma mecânica de poder constitutiva de figuras autoritárias que pretendem tudo abarcar a partir da expansão sem limites de seu corpo. O tema foi objeto de clássicos da história como *Os dois corpos do rei*, de Ernst Kantorowicz, e *Os reis taumaturgos*, de Marc Bloch. E, também, de toda uma variedade de obras de ficção construídas a partir de personagens ditatoriais que pretendem ter suas vidas costuradas ao destino coletivo.

Na literatura latino-americana, o “romance de ditador” é um subgênero que recria, no plano ficcional, tiranos, caudilhos ou políticos populistas que permeiam a história da região a partir das lutas pela independência, ao longo do século 19 e adentrando o século seguinte. São páginas banhadas de sangue e testosterona, nas quais se retrata um mundo masculino, de violência e obsessão pelo poder. A origem do “romance de ditador” é comumente identificada a *Facundo, ou Civilização e barbárie* (1845), livro híbrido de ensaio, biografia e crônica que Domingo Faustino Sarmiento, jornalista e político que viria a ser presidente da Argentina, publicou durante exílio no Chile.

Sarmiento narra a violenta ditadura de Juan Manuel de Rosas como herdeira de um caudilho autoritário, Juan Facundo Quiroga. Trata-se de um ensaio sociológico acerca da história da Argentina, mas também de uma análise sobre os desafios de sua modernização e as formas de violência e barbárie que acompanham esse processo civilizatório. *Facundo* é ainda um elogio exacerbado dos valores civilizatórios europeus como único caminho para a modernização argentina – tese eivada de violência e racismo contra gaúchos e populações indígenas.

Essa linhagem de narrativas resultaria em pelo menos três clássicos: *O senhor presidente* (1946), de Miguel Ángel Asturias, *Eu, o supremo* (1974), de Augusto Roa Bastos, e *A festa do bode* (2000), de Mario Vargas Llosa. Figuras minúsculas com mania de grandeza, seus protagonistas vivem devaneios de poder em que tentam implicar o todo em si, fazendo confundir o país com seu próprio corpo. Não seria estranho, portanto, pensar em Jair Bolsonaro como personagem de um “romance de ditador” ainda não escrito.

O SUPREMO

Eu, o supremo é um bom ponto de partida para pensar, por contrastes, aproximações e distanciamentos, a imagem que o presidente eleito em 2018 construiu para si. O romance do escritor paraguaio gira em torno de José Gaspar Rodríguez de Francia – figura eminente da independência de seu país e Ditador Perpétuo da República do Paraguai – e de seu secretário e escrivão, Policarpo Patiños. Na cena inicial, o ditador toma conhecimento de um pasquim que, pendurado na porta da catedral de Assunção, satiriza um suposto decreto assinado por ele, determinando que, ao morrer, fosse decapitado – bem como que se procedesse ao enforcamento de servidores civis e militares do governo. Sinos convocariam a população à praça da República, onde a cabeça do ditador deveria permanecer em exposição por três dias seguidos. Depois de cremado, teria suas cinzas espalhadas no rio que corta a capital, enquanto seus correligionários seriam enterrados do lado de fora do cemitério, sem cruz nem nome.

O ditador determina uma operação para apurar quem está por trás da publicação do pasquim. Encontramos aí o mote da história, contada em múltiplas vozes e alternando narradores e estilos narrativos. Ora lemos o diálogo entre o Supremo Ditador e Patiños, ora seu caderno pessoal, em que reconta a história do país por meio de suas próprias memórias, e ainda as notas de um compilador dos documentos. A obsessão com a posteridade é um dos temas frequentes. Se o ditador é perpétuo, sua morte implica consequências de ordem política e metafísica: uma vez morto aquele que é a síntese de todo um povo, o que poderá existir depois? Qual o futuro do país quando morrer aquele que arroga para si o papel de mantenedor da liberdade?

Em *Eu, o supremo*, o corpo do ditador, coextensivo à nação, transborda seus contornos. A doença do homem é a própria enfermidade do país: “O governo está muito doente”,¹ lhe diz, em determinado momento, um herborista a quem o Supremo confia um tratamento. Este lhe sugere, no que é considerado pelo ditador como um ato de absoluta insolência, que comece a considerar um substituto, alguém que lhe possa suceder. Impossível: “Minha dinastia começa e acaba em mim, em EU/ELE. A soberania, o poder, de que nos achamos investidos, voltarão ao povo a que pertencem de maneira imperecível.”

1. Augusto Roa Bastos, *Eu, o supremo*. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



O povo, conclamado em seus discursos, é uma extensão de si. Referindo-se a uma fala de Alfonso, *el Sabio*, rei de Castela e Leão, o Supremo Ditador observa que tirano é, afinal, “aquele que, sob o pretexto de progresso, bem-estar e prosperidade de seus governados, substitui o culto de seu povo pelo de sua própria pessoa”.

Seu corpo encontra-se por todos os lados. “Meus pulmões fazem ranger seus velhos foles rachados pelo peso de tanto ar que tiveram de inalar/expelir. De seu lugar entre as costelas, estenderam-se sobre mais de dez léguas quadradas, sobre centenas de mil dias.” Em outro momento, o pajé guarani que o submete a um ritual de cura anuncia que o corpo do Supremo está vazio, que nada encontrou em seu interior para curá-lo, “mesmo que sobre até ficar sem fôlego, os espíritos auxiliares da cura não poderão penetrar já no vazio-sem-alma do corpo”. A profecia traz uma verdade: o vácuo no interior daquele que ambiciona tudo preencher.

A inquietação do ditador agonizante sobre como se dará sua morte, o destino de seu corpo e o que acontecerá em seguida reaparece em diversos momentos do romance. Jean-Pierre Vernant sublinha que, na Grécia Antiga, a morte do combatente pode resultar em dois tipos de posteridade: de um lado, a bela morte, de preferência na luta, de modo a eternizar seu nome pelos tempos vindouros como alguém cujo assassinato viril é digno de ser honrado; de outro, o corpo ultrajado, dilacerado por cães, aves e peixes, cadáver insepulto, decompondo-se sob sol e chuva, “expulso da morte”, “riscado do universo dos vivos, apagado da memória dos homens”. Essa possibilidade desonrosa de deixar a existência é afastada no exato momento em que o herói decide pela morte gloriosa.

Não se pode conceber o bolsonarismo sem alguns desses elementos. O mundo para ele e seus asseclas é fundado numa concepção quase mística dos riscos permanentes da degeneração do país – a “chegada do comunismo” ou a “volta da corrupção” –, perigos contra os quais apenas o *mito*, e aqui os termos não são fortuitos, pode lutar. Como ele mesmo ameaça, tal batalha pode lhe custar a liberdade ou a própria vida, mas é ele quem se dispõe a se sacrificar pelo bem coletivo, tentando planejar para si se não a vitória, uma derrota gloriosa. E é para evitar essa derrota que Bolsonaro propõe a destruição do que chama “o sistema”.

O único aspecto construtivo no bolsonarismo é o de sua própria imagem. O personalismo e a defesa patriarcal de seus

filhos é uma condição. Não há espaço para o coletivo. Aqueles que lhe são úteis em determinado momento são prontamente descartados quando deixam de sê-lo. Não se trata da lógica de um líder capaz de construir um partido forte que o sustente, como foi o caso do nazifascismo no século 20, ou de sua releitura por figuras como Viktor Orbán, na Hungria. Para Bolsonaro, só importa sua própria construção autoritária. E a figura de Bolsonaro é a única que cabe ser exaltada.

Em uma entrevista à televisão espanhola, Augusto Roa Bastos comenta suas intenções ao escrever *Eu, o supremo*. Ele fala de José Gaspar Rodríguez de Francia como um personagem histórico internalizado na vida paraguaia. Por isso, tomou-o como ponto de partida para uma obra de ficção em que tão importante quanto os referentes históricos precisos é a reflexão acerca do poder absoluto. “O que acontece com o poder absoluto frente à transitoriedade, frente à precariedade desse portador do poder absoluto, que é uma pessoa só?”,² reflete o escritor, que lançou o livro em 1974, em Buenos Aires, onde passou uma das inúmeras temporadas vividas no exílio. Não tardou para que *Eu, o supremo* fosse lido como uma crítica ao general Alfredo Stroessner, ditador do Paraguai por tortuosos 35 anos, entre 1954 e 1989.

Em certo aspecto, o romance é o relato da autodefesa do Ditador Perpétuo, que o dita a Policarpo Patiños ou escreve sua própria versão da história, do papel que teria desempenhado na luta pela soberania do Paraguai. As memórias remontam a episódios da história política e à concepção do país como o coração de uma América do Sul formada por Estados independentes. Seus inimigos são os mais diversos: as forças de Buenos Aires e dos impérios europeus, o Brasil ou mesmo a ameaça de uma invasão por Simón Bolívar. Em outros momentos, o ditador dialoga com personagens históricos que cruzaram seu caminho, ávido por defender seu lugar na história. Há também uma polifonia de notas de rodapé que sobrepõem ficção e realidade, muitas vezes denunciando a violência do regime.

O que mais me fascina na obra são os devaneios do Supremo, reflexões sobre a doença, a proximidade da morte e uma meditação obsessiva sobre o poder. “O que é importante, ao menos em igual medida, é essa paixão pelo absoluto, que é um dos mais velhos pesadelos da espécie humana”, diz o autor na mesma entrevista à televisão espanhola. “Essa busca pelo absoluto, por meio da ação política. Por meio do poder

2. Esta e outras traduções da entrevista de Augusto Roa Bastos são traduções livres minhas.

econômico. Por meio, inclusive, da paixão mística. A necessidade de alcançar o absoluto.” A figura de Gaspar Rodriguez permite ao autor adentrar o funcionamento do autoritarismo, em um experimento narrativo cujos pontos de contato com o plano não ficcional extrapolam o contexto paraguaio.

O BODE

Outro “romance de ditador” que faz uma radiografia da dinâmica quimérica de produção de uma figura temível e violenta, excêntrica e afetada, é *A festa do bode*. Nele, Mario Vargas Llosa retrata o regime de tortura e violência, a pomposidade exacerbada e os trejeitos do general Rafael Leónidas Trujillo, da República Dominicana, como uma espécie de protótipo do frágil ditador latino-americano. O leitor acompanha o Generalíssimo no dia em que será assassinado, em 1961, imerso nas memórias que marcaram seus 31 anos de tirania. Em outro plano narrativo, seus assassinos o aguardam, recordando os motivos que os levaram a organizar a emboscada. Há ainda a história de Urania Cabral, que vive exilada nos Estados Unidos e, aos 49 anos, retorna à República Dominicana para visitar seu pai doente, aliado do tirano.

Ao rememorar o passado num delírio paranoico, Trujillo busca justificar todas as violências, torturas e atrocidades que cometeu. Em nome da luta contra os comunistas e da integridade da República Dominicana, o Generalíssimo defende os assassinatos mais cruéis, como a verdadeira caçada aos haitianos que cruzavam a fronteira – República Dominicana e Haiti compartilham a ilha de São Domingos. Também as torturas mais ignóbeis encontram sua razão de ser em Trujillo, como reconhecem os militares ao se referir a Johnny Abbes, o temível chefe de seu serviço secreto: “O coronel pode ser um demônio; mas é útil ao chefe: tudo de ruim é atribuído a ele, e a Trujillo só o que é bom. Que favor melhor podia fazer? Para um governo durar 30 anos, é preciso ter um Johnny Abbes para enfiar a mão na merda. E o corpo e a cabeça também, se for necessário. É bom que ele se queime. Que concentre o ódio dos inimigos e, às vezes, dos amigos.”³

Em seu narcisismo, Trujillo trata de mitificar a própria história. Defende uma suposta superioridade na exacerbação da formalidade, como a obsessão com os mínimos detalhes dos

3. Mario Vargas Llosa, *A festa do bode*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.



uniformes de seus subordinados – o menor desvio de quepe, gravata ou botão poderia desencadear a fúria do ditador. Essa fantasia megalômana ao poucos torna-se esdrúxula: a verdadeira tara pelos *marines* norte-americanos e a ilusão de ser benquisto e protegido pelos Estados Unidos – em que pesem as sanções norte-americanas via Organização dos Estados Americanos (OEA) – se misturam a cenas que expõem seu orgulho de jamais transpirar em público. “Trujillo nunca sua. Em pleno verão, ele usa aqueles uniformes pesados, tricórnio de veludo e luvas, e não se vê um brilho de suor na sua testa.”

Escrutinar Bolsonaro a partir desse amálgama de frustrações, trejeitos e clamor por grandiosidade permite compor uma imagem bem precisa do aspirante a ditador. Diferentemente do Trujillo de Vargas Llosa, o delírio de grandeza do líder brasileiro passa ao largo do cultivo afetado dos modos. É patente o seu esforço em constituir-se como alguém a quem se teme, mas o resultado parece ser o de uma figura tosca. Seu modo de falar é exasperado, quase aos berros, com frases pouco concatenadas e ausência de tom grandiloquente. Já suas vestimentas parecem calculadamente desleixadas – Bolsonaro posa para fotos presidenciais calçando chinelos e vestindo calça esportiva com terno. E mesmo aquilo que gosta de aparecer comendo, com predileção por churrascos e pão com leite condensado, não insinua nenhum tipo de refinamento. O orgulho de Bolsonaro é ostentar o comportamento antissistema: impedido de frequentar restaurantes em Nova York por não ter se vacinado contra a covid-19, comeu pizza nas calçadas da cidade antes de falar na Assembleia Geral da ONU; pelo mesmo motivo, ficou isolado dos demais líderes globais em uma reunião do G20 em Roma. Tudo é parte da constituição de seu personagem; Bolsonaro bebe da temática da exclusão e se projeta como pária. Ele traz em si a revolta da escória. Aqueles que Anne Applebaum, em sua análise do surgimento de regimes autoritários ao redor do globo, identifica como pessoas ressentidas, em certa medida fracassadas, em comparação àqueles aos quais o sistema resguarda cargos-chave.⁴

Com o histórico do baixo clero da Câmara dos Deputados, Bolsonaro vende-se como alguém que pôde observar ao longo de anos o funcionamento do sistema. Essa posição proporcionaria um ponto de vista a partir do qual alguém que esteve lá, mas não compactuou com as regras, fala a “verdade”. Daí o paradoxo inerente a seu projeto político de destruição: estar

4. Anne Applebaum, *Twilight of Democracy: The Seductive Lure of Authoritarianism*. Nova York: Doubleday/Penguin Random House, 2020.

5. Marcos Nobre, *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.

na posição de presidente, ser anti-*establishment* e, como bem ressaltou o cientista político Marcos Nobre,⁵ identificar a democracia como o próprio sistema a ser destruído.

O TORTURADOR

Em uma das primeiras cenas de *O senhor presidente*, indigentes vivendo na rua presenciam o assassinato de um militar e são torturados para que digam quem cometeu o crime. Sua verdade, aquilo que testemunharam, não importa. O que devem dizer já está definido de antemão pelos torturadores. Estes se valem dos corpos dos torturados para conseguir imputar, mediante confissão, o crime a quem desejam. Mosco, o pedinte cego e sem pernas que presenciou o crime, se nega a aceitar a mentira que os torturadores almejam tornar verdade. É torturado e pendurado numa corda.

Miguel Ángel Asturias produziu um romance experimental com influências surrealistas, marcado, entre outros aspectos, por descontinuidade narrativo-temporal, escrita fragmentária, sobreposição entre sonhos e realidade e uso de onomatopeias. Embora os personagens que retrata, a época e o local em que transcorre o romance não sejam explicitados, o escritor guatemalteco faz referência à ditadura de Manuel Estrada Cabrera, que dominou seu país entre 1898 e 1920. A tortura, que encena a ficção de um poder total, atravessa toda a narrativa, um terror contínuo que a todos toca e do qual não se pode escapar.

Na visão de mundo de Bolsonaro, a tortura é instrumento para moldar a realidade infligindo dor aos corpos dominados, técnica tão antiga quanto sinistra. Se é possível identificar em Bolsonaro um traço de carinho por alguém que não seus filhos, essa afeição é direcionada a personagens do universo da tortura, como os ditadores Augusto Pinochet e Alfredo Stroessner e Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar brasileiro condenado por participação na tortura. Para o presidente, que demonstra verdadeira nostalgia da tortura, o único poder legítimo emana dos calabouços. A megalomania é, aqui, destrutiva.

A reivindicação aberta da tortura como forma de conduzir a política num governo democraticamente eleito se tornou visível sobretudo durante a pandemia. Se a crise sanitária

acentuou a violência e as desigualdades já existentes, também tornou patente o prazer de Bolsonaro diante da morte. Ao zombar da falta de ar daqueles que desenvolvem casos mais graves da doença ou incentivar o uso de medicamentos ineficazes, Bolsonaro encarna um verdugo, gargalhando em um porão obscuro enquanto brutaliza outros corpos. A tortura coletiva tomou a forma de um experimento mengeliano, baseado numa concepção eugenista da ciência, segundo a qual os mais fortes sobrevivem e a morte de centenas de milhares é tida como um custo aceitável.

PERSONAGEM SEM AUTOR

Embora não tenham faltado ditadores – nem livros que refletem ou tematizam as ditaduras que o Brasil atravessou ao longo do século 20 –, não parece existir uma obra literária que se encaixe nessa categoria de “romance de ditador”. Jair Bolsonaro emerge, no entanto, como forte candidato ao protagonismo.

Tenho tentado demonstrar aqui que algumas das obras dessa tradição literária se valem de experimentalismos formais para narrar a violência. Vaivéns temporais, sobreposição de vozes e de devaneios ou fluxos de pensamento a partir de eventos históricos criam, no plano ficcional, uma sensação de ausência de entendimento por parte de quem vive regimes tão brutais, sugerindo a impossibilidade de encadear fatos e elucidar uma realidade que parece pouco crível. É como se as convenções linguísticas e narrativas não bastassem para retratar o absurdo que se vive num regime autoritário.

Uma obra que tenha Bolsonaro como personagem poderá herdar alguns dos procedimentos narrativos dessa tradição literária para emular, na ficção, a errática construção política que o sustenta. Na concretização de seu projeto de país, o presidente dá variadas inflexões a uma série de elementos consagrados do modelo ditatorial. Num ambiente político vacilante, sob permanente ameaça de uma ruptura democrática definitiva, percebem-se traços de ditaduras clássicas do século 20: o ódio às minorias, o culto ao líder, o discurso explicitamente violento, militarista e misógino, o elogio à tortura, o uso de desinformação e a proliferação de grupos armados paralelos às forças policiais estatais.

Em comparação com os personagens de Roa Bastos, Vargas Llosa ou Asturias, Bolsonaro não é, *ainda*, um ditador. Uma de suas singularidades consiste em cultivar essa incerteza a partir da desestabilização de todo referencial concreto sobre o que está acontecendo no país. Suas falas e encenações, performadas com certa periodicidade, criam a atmosfera de um golpe em construção, na iminência de se efetivar. Mas o concorrente a tirano logo recua. Diante da repercussão negativa de suas bravatas golpistas, tenta reduzir suas ameaças a momentos intempestivos de destempero.



A impossibilidade de verificar se há ou não um golpe em curso converte-se no próprio golpe. A volatilidade da situação política criada por esse movimento é o motor da erosão da vida comum do país. Mecanismo que conta aqui com um novo elemento em sua engenharia da destruição: uma miríade pulverizada de produtores de desinformação, em grande parte estimulada pelo próprio presidente, alimentando o ambiente de incertezas que torna qualquer relação com os acontecimentos opaca. Uma contribuição original de nossa tenebrosa realidade para a linhagem do “romance de ditador” poderia tomar como base, precisamente, essa máquina de ofuscamento e violência.

Se tudo der errado para Bolsonaro, ou seja, se ele não se perpetuar em sua aventura autoritária como um ditador clássico, continuaremos sem um personagem à altura do subgênero. Ainda assim, tudo indica que a defesa escancarada da violência e da tortura como instrumentos e valores de transformação social tenha criado raízes na sociedade, com o bolsonarismo sobrevivendo ao seu criador. Embora, como personagem, Bolsonaro talvez continue à procura de um autor, no mundo real ele já é de alguma forma vitorioso por ter associado aos seus delírios o destino da nação.

Untitled (Portrait), 2019
Foto: Talita Zaragoza
Cortesia da artista e Fortes D’Aloia
& Gabriel, São Paulo/Rio de Janeiro

Fábio Zuker (1989) é antropólogo e jornalista especializado na cobertura de conflitos socioambientais e violações de direitos humanos. É autor dos livros *Vida e morte de uma baleia-minke no interior do Pará e outras histórias da Amazônia* (Publication Studio SP) e *Em rota de fuga: ensaios sobre escrita, medo e violência* (Hedra).

Nascida na Alemanha, criada em São Paulo e hoje radicada em Nova York, a artista visual **Janaina Tschäpe** (1973) transita há mais de 20 anos entre pintura, desenho, escultura, fotografia e vídeo.